

BRK Ambiental – Rio Claro S.A.

CNPJ/ME nº 08.630.227/0001-22 – NIRE 3530033791-3
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023, às 16:00 horas
Dia, Hora e Local: Realizada de forma digital aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2023 (dois mil e vinte e três), às 16:00 horas, portanto, realizada na sede da BRK Ambiental – Rio Claro S.A., localizada na Rodovia Constantine Peruchi, km 175, Jardim do Horto, na Cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, CEP 13.506-899 (“**Companhia**”).
Convocação: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”). **Publicações:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, publicados, de forma digital e físico, no Jornal Cidade de Rio Claro, na página A4/A5 da edição de 06 de abril de 2023, e na página de relação com investidores da Companhia (www.ti.brkamiental.com.br). **Presenças:** (I) Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas; e (II) do Sr. Bruno Reiner Luz, representante da administração da Companhia (“**representante da administração**”), tendo sido dispensada a presença do representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“**Auditores Independentes**”), em face da inexistência de quaisquer dúvidas em relação às Demonstrações Financeiras. **Mesa:** Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão, *Presidente*, e Rodolfo Duarte Bruscin, *Secretário*. **Ordem do Dia:** **Deliberar sobre – (I) Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) a aprovação do Orçamento de Capital da Companhia; (2) o exame das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (3) a aprovação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (4) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, para uma nova gestão de 2 (um) anos; (5) a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para um mandato de 1 (um) ano; (6) a fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023; e (II) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (7) a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Parecer do Conselho Fiscal:** o Conselho Fiscal da Companhia, no âmbito de suas atribuições, conforme previsto no art. 163 da Lei das S.A., mediante parecer proferido, na reunião realizada em 24 de março de 2023, manifestou-se favoravelmente à aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária, das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como o Parecer a respeito emitido pelos Auditores Independentes. **Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, após apresentação das matérias, os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, resolvem, autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A.; e (I) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) após os esclarecimentos do representante da administração da Companhia sobre os compromissos de investimentos assumidos e mediante parecer proferido pelos membros do Conselho Fiscal em reunião realizada em 24 de março de 2023, conforme previsto no art. 163 da Lei das S.A., aprovar a criação de um orçamento de capital no valor de R\$ 9.804.472,08 (nove milhões, oitocentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oito centavos), com o objetivo de fazer frente a esses compromissos, nos termos do art. 196, da Lei das S.A. (“**Orçamento de Capital**”); (2) após esclarecimentos do representante da administração sobre os principais pontos relacionados ao desempenho da Companhia no último exercício social, aprovar sem quaisquer restrições, ressalvas ou emendas, as Demonstrações Financeiras, contendo as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (3) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 18.703.367,52 (dezoito milhões, setecentos e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), sendo (i) R\$ 935.168,38 (novecentos e trinta e cinco mil, cento e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos), equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, destinado à Reserva Legal, nos termos do Art. 193 da Lei das S.A. e § 2º do Art. 29 do Estatuto Social da Companhia; (ii) R\$ 4.442.049,78 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, quarenta e nove reais e setenta e oito centavos), para distribuição de dividendos obrigatórios nos termos do Art. 202 da Lei das S.A. e § 3º do Art. 29 do Estatuto Social da Companhia. Conforme previsto no § 3º do art. 205 da Lei das S.A., os dividendos deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário da assembleia-geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social; e (iii) R\$ 3.521.677,28 (três milhões, quinhentos e vinte e um mil, seiscientos e setenta e sete reais e vinte oito centavos), distribuídos no exercício de 2023 a título de Juros sobre Capital Próprio; e (iv) R\$ 9.804.472,08 (nove milhões, oitocentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oito centavos), para o Orçamento de Capital da Companhia; (4) aprovar, para uma nova gestão de 2 (dois) anos, a eleição dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração da Companhia: **Membros Titulares:** (i) **Presidente – Jorge Augusto Regis Gomes**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-18.735.048, inscrito no CPF/ME sob o nº 928.014.395-68; (ii) **Felipe Cardoso de Magalhães Cunha**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 11.697.576-4-SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 086.504.307-83, ambos com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, Ala B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000; e (iii) **Marcos Kassardjian**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.567.862-SP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 036.608.098-96, com endereço comercial na Rua Padre João Manuel, nº 755, 11º andar, Cerqueira Cesar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.411-001; e **Respectivos Membros Suplentes:** (i) **Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, bacharel em direito, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.384.180-3-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 226.388.238-30; (ii) **Larissa Ferreira Aguiar**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18433200-SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 217.023.318-06, ambos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000; e (iii) **Vago**. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos aceitam os cargos para os quais foram eleitos e declaram, sob as penas de lei, não estar incluídos em quaisquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades mercantis, ou a administração de sociedades mercantis, declaração que faz mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, assinados, apresentados e lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, o qual fica arquivado na sede da Companhia; (5) aprovar a eleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2024: (i) **Presidente – Emerson Ferreira de Almeida**, brasileiro, casado, contador e economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 27045452-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 261.702.358-37; (ii) **Ademir da Silva de Oliveira**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 09.673.410-86-SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 033.098.755-52, ambos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, Ala B, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000; e (iii) **Ricardo José Patine Filho**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 33532661-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 213.411.118-65, com endereço comercial na Rua Amália de Noronha, nº 151, Sala 401, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.410-000. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos apresentaram, por escrito, declarações de desimpedimento na qual declaram que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, conforme previsto no Art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18.11.1994, com a redação dada pelo Art. 4º, da Lei nº 10.194 de 14.02.2001, nem estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme disposto no parágrafo 1º do art.147, da Lei nº 6.404 de 15/12/76, tendo sido lavrados, nesta data, no livro próprio, os respectivos termos de posse. Fixado o valor de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) por mês para remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; (6) aprovar a proposta da administração de fixação do montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023 no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme previsto no artigo 152 da Lei das S.A.; e (II) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (7) aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar, a partir da presente data, com a redação constante do **Anexo II**. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Ritor Claro/SP, 28 de abril de 2023. **Mesa:** Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão, *Presidente*, e Rodolfo Duarte Bruscin, *Secretário*. **Acionistas:** BRK Ambiental Participações S.A. (representada nos termos do seu Estatuto Social) e Latam Water Participações Ltda. (representada nos termos do seu Contrato Social). Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata original, lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Rodolfo Duarte Bruscin – *Secretário*. **Anexo I – Estatuto Social, Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração.** Art. 1º. A BRK Ambiental – Rio Claro S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, sede e foro na Rodovia Constantine Peruchi, km 175, Jardim do Horto, na Cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, CEP 13.506-899 (“**Jardim do Horto**”), regida pelo disposto no presente Estatuto Social (“**Estatuto**”) e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”). O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Parágrafo Único.** A Companhia, mediante ato de sua Diretoria, pode, onde e quando convier, instalar ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios, representações e dependências similares em qualquer parte do território

nacional ou no exterior. Art. 2º. A Companhia tem por objeto a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio, acompanhado das obras de complementação, adequação e modernização do sistema de esgoto no Município de Rio Claro, no âmbito do contrato de Concessão Administrativa firmado com a Prefeitura Municipal de Rio Claro, nos termos da Concorrência Pública nº 003/2006, regulamentada pelo Edital nº 089/2006, publicado pela Prefeitura Municipal de Rio Claro (“**Concessão**”). **Capítulo II – Capital Social e Ações.** Art. 3º. O capital social é de R\$ 31.569.826,12 (trinta e um milhões, quinhentos e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e seis reais e doze centavos), dividido em 12.793.566 (doze milhões, setecentos e trinta e nove mil, quinhentas e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, em bens ou direitos. Art. 4º. Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais que eventualmente venham a ser emitidas pela Companhia não terão direito de voto nas Assembleias Gerais, salvo nos casos previstos em lei, mas gozarão de prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. § 1º. As despesas de desdobramento, grupamento ou substituição de certificados de ações, quando solicitado pelo acionista, correrão por sua conta, por preço não superior ao custo. § 2º. A Companhia poderá, a pedido do acionista, emitir certificados de ações. Os certificados de ações, ou títulos múltiplos que as representem, serão assinados por 02 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor Geral. Art. 5º. Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já anteriormente possuídas. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou não se manifeste dentro de 30 (trinta) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovar o aumento do Capital Social, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações. **Capítulo III – Administração da Companhia.** Art. 6º. São órgãos permanentes da Companhia: (i) a Assembleia Geral; (ii) o Conselho de Administração; e (iii) a Diretoria, cujos poderes são conferidos pela Lei e pelo presente Estatuto, observadas, ainda, as disposições aplicáveis dos acordos de acionistas da Companhia devidamente arquivados em sua sede. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração e da Diretoria. Art. 7º. A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração individual de cada Diretor, na forma estabelecida no presente Estatuto. **Capítulo IV – Assembleia Geral.** Art. 8. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia, que reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem. Art. 9. Observado o disposto em acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia, a convocação para o comparecimento à Assembleia Geral deverá ser por escrito, mediante correio eletrônico (e-mail), com pelo menos 8 (oito) dias corridos de antecedência. Art. 10. Observada a regra de convocação acima, qualquer Assembleia Geral apenas poderá se instalar com a presença dos Acionistas representando, no mínimo, a maioria do capital social da Companhia. Desde que observadas as formalidades previstas no Artigo 8, não havendo *quórum* para a instalação da Assembleia em primeira convocação, a mesma poderá se instalar em segunda convocação, observado que a instalação em segunda convocação deve se dar no mínimo 48 (quarenta e oito) horas após a data para a qual fora convocada a Assembleia Geral em primeira convocação e sempre para deliberar sobre as matérias previstas na convocação original. Art. 11. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por seu suplente. Caso o Presidente do Conselho de Administração e seu suplente não estejam presentes, a Assembleia deverá ser presidida por qualquer outro Conselheiro ou pelo representante de qualquer Acionista, cabendo ao presidente da Assembleia designar um dos presentes para atuar como Secretário. Art. 12. Somente poderão participar da Assembleia Geral as Acionistas titulares de ações que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da referida Assembleia Geral. Art. 13. A aprovação de alterações deste Estatuto dependerá do voto favorável da totalidade dos Acionistas, sendo as demais matérias de competência da Assembleia Geral decididas, em qualquer convocação, de acordo com os critérios previstos neste Estatuto, e nos acordos de acionistas. § 1º. Sem prejuízo do disposto no Artigo 13 acima, fica desde já estabelecido pelos Acionistas que as deliberações relativas a quaisquer matérias que impliquem, seja direta ou indiretamente, ou a que título for, qualquer (i) alteração no objeto social da Companhia; (ii) redução de capital social; (iii) alteração no controle societário da Companhia, seja total ou parcial; e/ou (iv) transferência da Concessão, seja total ou parcial, dependerá, em cada caso, de autorização prévia e expressa do Município de Rio Claro, sempre que a Concessão ou o Município assim exigir. **Capítulo V – Conselho de Administração.** Art. 14. O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Único.** O Presidente do Conselho de Administração será eleito na forma pactuada entre os Acionistas em acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia. Art. 15. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes ao ano, ao final de cada trimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por quaisquer 2 (dois) de seus membros, mediante correio eletrônico (e-mail), com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência da data pretendida para a reunião. A convocação especificará todos os assuntos a serem discutidos e votados na reunião e incluirá todas as informações relevantes necessárias à instrução dos Conselheiros sobre os assuntos da ordem do dia. Na reunião do Conselho de Administração, os Conselheiros somente discutirão e tratarão dos assuntos incluídos no anúncio de convocação, a menos que acordado de outra forma pelo voto unânime de todos os Conselheiros presentes, observadas as regras do Artigo 12 abaixo. **Parágrafo Único.** Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros. Art. 16. A reunião do Conselho de Administração será instalada, em qualquer convocação, com a presença da maioria dos seus membros em exercício, admitida a representação pelos seus respectivos suplentes mediante comunicação prévia do membro titular. Não havendo reunião em atendimento à primeira convocação, a reunião em atendimento à segunda convocação será realizada no 3º (terceiro) dia útil subsequente. As Acionistas envia- rão todos os esforços razoáveis para assegurar que seus respectivos Conselheiros ou seus suplentes compareçam a cada uma das reuniões do Conselho de Administração. Art. 17. As deliberações do Conselho de Administração em relação a todas e quaisquer matérias de sua competência somente serão consideradas aprovadas, em qualquer convocação, se contarem com quórum mínimo exigido, na forma deste Estatuto, observando-se, em caso de empate, o voto de qualidade do Presidente do Conselho de Administração. § 1º. Fica vedada a aprovação da contratação de qualquer empréstimo, obrigação, garantia de qualquer natureza da Companhia que seja injustificada, que tenha finalidade alheia ao objeto da Companhia e/ou que estejam fora do escopo da Concessão. § 2º. É vedada, ainda, a concessão de avais, fianças ou qualquer outra garantia pela Companhia em favor de terceiros nos termos do parágrafo 1º acima, inclusive em benefício dos administradores ou Acionistas. Art. 18. Serão aprovadas pelo voto favorável da maioria dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião as matérias listadas abaixo, observado o disposto no artigo 19 abaixo: (I) fixação da orientação geral dos negócios da Companhia e das suas subsidiárias, compreendendo suas respectivas políticas industrial, comercial, administrativo-financeira e de recursos humanos; (II) fixação das atribuições dos Diretores, dentro da competência da Diretoria constante do presente Estatuto Social; (III) manifestação prévia sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (IV) escolha e destituição dos auditores independentes da Companhia; (V) celebração de contratos que digam respeito a estudos, projetos, construção e operação relacionados à execução do objeto social da Companhia; (VI) aprovação de novos projetos de expansão; (VII) pagamento de juros, a título de remuneração do capital próprio, e declaração de dividendos intermediários e/ou intercalados; (VIII) celebração de transação, acordo ou contrato, de qualquer espécie e natureza, entre a Companhia e suas Acionistas, seus controladores, suas controladas e sociedades que se encontrem sob controle comum com as Acionistas, bem como a alteração de qualquer transação, acordo ou contrato que tenha sido anteriormente aprovado; (IX) aprovação de atos de transferência de tecnologia, venda, licenciamento ou renúncia de patentes, marcas registradas, informações técnicas e know-how detidas pela Companhia para quaisquer terceiros concorrentes da Companhia e/ou das Acionistas; (X) constituição de Onus sobre qualquer bem ou direito da Companhia em garantia de operações que envolvam a Companhia (financeira ou não) sempre que o valor total do objeto da garantia, em cada exercício social, considerado de forma isolada ou agregada, não exceda R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); (XI) celebração e rescisão de contratos não previstos no Plano de Negócios da Companhia e cujo valor, em cada exercício social, considerado de forma isolada ou agregada, não exceda R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e (XII) aprovação de investimentos ou a tomada de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza não previstos no Plano de Negócios da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações vinculadas, que eleve o endividamento total da Companhia em valor não superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e (XIII) outorga de procuração envolvendo poderes relacionados às matérias elencadas nos itens acima. Art. 19. Serão aprovadas pela unanimidade de votos dos membros presentes do Conselho de Administração as matérias listadas abaixo: (I) determinação e alteração da política de distribuição de dividendos da Companhia; (II) contratação de dívida além do limite previsto, mais 10% (dez por cento), no Plano de Negócio da Companhia; (III) alienação de qualquer bem integrante do ativo permanente da Companhia, cujo valor, em cada exercício social, considerado de forma isolada ou agregada, exceda R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); (IV) eleger e destituir os Diretores da Companhia, bem como fixar sua remuneração individual; (V) rescisão do Contrato de Concessão por iniciativa da Companhia; (VI) aprovação do Plano de Negócios da Companhia e suas revisões; (VII) celebração ou rescisão de contratos não previstos no Plano de Negócios da Companhia e cujo valor,

em cada exercício social, considerado de forma isolada ou agregada, exceda R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e (VIII) outorga de procuração envolvendo poderes relacionados às matérias elencadas nos itens acima. **Capítulo VI – Diretoria.** Art. 20. A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) Diretores, dentre os quais um será designado o Diretor Geral e os demais Diretores sem designação específica, observadas as disposições dos acordos de acionistas da Companhia e as atribuições a eles conferidas pelo Conselho de Administração. § 1º. É permitido ao Conselho de Administração destituir ou substituir, a qualquer tempo, qualquer integrante da Diretoria, elegendo o substituto pelo prazo de gestão remanescente. § 2º. Os Diretores serão eleitos entre pessoas que, além de preencherem os requisitos legais, sejam de reconhecida idoneidade, possuam competência, capacidade e comprovada experiência profissionais. § 3º. Em caso de vacância na Diretoria, deve ser convocado o Conselho de Administração para deliberar sobre a substituição, elegendo o substituto pelo prazo de gestão remanescente. Art. 21. Os Diretores serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, e exercerão suas funções até a eleição e posse de seus substitutos. Art. 22. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, seja ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, inclusive a celebração e rescisão de contratos, respeitados os limites previstos em lei e no presente Estatuto, competirão sempre: (a) ao Diretor Geral e a outro Diretor em conjunto; ou; (b) a 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou; (c) a 2 (dois) procuradores em conjunto; ou ainda; (d) a 1 (um) procurador com poderes especiais e específicos, devidamente outorgados na forma do parágrafo 2º deste Artigo, abaixo. § 1º. Entende-se por atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais aqueles necessários para implementar o objeto social da Companhia, bem como os atos ordinários de gestão, sendo certo que todo e qualquer ato que não encaixe nesses conceitos, como também qualquer ato cuja caracterização suscite dúvidas, deverá ser objeto de deliberação por parte da Assembleia Geral. § 2º. As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Geral, devendo rever poderes específicos, a impossibilidade de subestabelecer e ser outorgadas por um período máximo de validade de 1 (um) ano, com exceção das procurações para representação em processos judiciais ou administrativos, as quais poderão ser por prazo indeterminado e permitirão o subestabelecimento. A outorga de procurações envolvendo poderes relacionados a quaisquer das matérias elencadas nos Artigos 18 e 19 deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. § 3º. Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano. § 4º. Sendo convocada a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 1º acima, até que esta se realize, a Diretoria não poderá deliberar e/ou praticar o ato, ou similar, que seja objeto de deliberação da referida Assembleia. § 5º. Competirá ao Diretor Geral, atuando individualmente: (a) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia; (b) supervisionar a elaboração e a execução do orçamento da Companhia; (c) coordenar e orientar as atividades dos demais Diretores, nas suas respectivas áreas de competência; (d) designar qualquer dos Diretores para atividades e tarefas específicas, independentemente daquelas que lhes couber ordinariamente; e (e) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria. § 6º. Não obstante o previsto nos demais dispositivos deste Estatuto, competirá à Diretoria decidir sobre qualquer despesa cujo montante envolvido já esteja previsto no Plano de Negócios da Companhia. Art. 23. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, inclusive fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **Capítulo VII – Conselho Fiscal.** Art. 24. O Conselho Fiscal, composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, funcionará de forma não permanente, na forma da lei, e exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, conforme previsto em lei. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição. Art. 25. O prazo de gestão do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, permitida a reeleição, em caso de reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo VIII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros.** Art. 26. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, será levantado o balanço patrimonial e preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. § 1º. Do resultado do exercício, após as deduções de prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto de Renda, serão deduzidas as participações dos administradores da Companhia, se e quando deliberado pela Assembleia Geral, nos limites e formas previstos em lei. § 2º. Apurado o lucro líquido do exercício, dele deduzir-se-á inicialmente 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social ou até que a soma desta e de outras reservas do capital exceda a 30% (trinta por cento) do mesmo capital. § 3º. Do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202, inciso I, alínea “a” da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-ão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) ao pagamento de dividendo anual obrigatório e o restante terá a destinação deliberada pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária correspondente, respeitadas as limitações contratuais com Município de Rio Claro e/ou com agentes financeiros. § 4º. O saldo que houver, após o cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores deste Artigo, terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral. § 5º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. § 6º. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto. **Capítulo IX – Acordos de Acionistas.** Art. 27. Os Acordos de Acionistas devidamente registrados na sede da Companhia serão respeitados pela Companhia, por sua administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais. **Parágrafo Único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão opoíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, deverão agir de acordo com o estabelecido em lei. **Capítulo X – Arbitragem.** Art. 28. SE quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias (“**Conflito**”) de qualquer natureza surgirem em relação ao presente Estatuto, as Acionistas deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé, e caso falhem em chegar a um consenso após o decorso do prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da primeira notificação escrita versando sobre a matéria objeto do Conflito, então o Conflito será solucionado por arbitragem, observadas as disposições dos acordos de Acionistas da Companhia devidamente arquivados na sede da Companhia e do presente Estatuto. § 1º. A Arbitragem será conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, perante e de acordo com as regras da Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“**CCBC**”). A Arbitragem será conduzida na língua portuguesa. § 2º. A Arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros. A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pelo CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes no prazo estabelecido deverão ser indicados de acordo com as regras do CCBC. § 3º. Qualquer das Acionistas e/ou a Companhia poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência. Portanto, o pedido de uma medida liminar ou cautelar, seja antes ou depois do início do processo de arbitragem, não deverá ser considerado inconsistente com o como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto Social. Para tal finalidade, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. § 4º. A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes de acordo com seus termos. A sentença arbitral será tida pelas partes como solução do Conflito entre elas, que deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme as leis aplicáveis a este Estatuto. A sentença arbitral poderá incluir dispositivo sobre a alocação de custos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e despesas. Cada parte deverá arcar com seus próprios custos durante a condução da arbitragem, e a parte a qual for proferida uma sentença arbitral desfavorável deverá reembolsar a outra parte por toda e qualquer despesa e custo razoável incorrido, inclusive, mas não limitado a honorários advocatícios e despesas com viagens, conforme vir a ser estipulado na sentença arbitral. A execução da sentença arbitral poderá ser realizada por qualquer juízo que tenha jurisdição sobre as partes ou seus ativos. § 5º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de todo e qualquer conflito, bem como à execução, interpretação e validade do presente Artigo 28. **Capítulo IX – Disposições Gerais.** Art. 29. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal para tal finalidade. Art. 30. Em tudo o que for omissso o presente Estatuto, serão aplicadas as disposições legais pertinentes, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 200.788/23-1 em 17/05/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Assinado



D4Sign

BRK Ambiental Rio Claro AGOE 28-04-2023 16h00-CidadeRioClaro
Digital-7 pdf

Código do documento 806b199d-786f-467b-a15b-407137398135



Assinaturas



JORNAL CIDADE DE RIO CLARO LTDA:56373491000170
Certificado Digital
cpd@jcrioclaro.com.br
Assinou

Eventos do documento

23 May 2023, 18:46:31

Documento 806b199d-786f-467b-a15b-407137398135 **criado** por LUIS AUGUSTO PEZZOTTI DE MAGALHÃES (eae395ed-bc45-4fae-bd36-190df8b20917). Email:guto@jcrioclaro.com.br. - DATE_ATOM: 2023-05-23T18:46:31-03:00

23 May 2023, 18:48:09

Assinaturas **iniciadas** por LUIS AUGUSTO PEZZOTTI DE MAGALHÃES (eae395ed-bc45-4fae-bd36-190df8b20917). Email: guto@jcrioclaro.com.br. - DATE_ATOM: 2023-05-23T18:48:09-03:00

23 May 2023, 18:49:58

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JORNAL CIDADE DE RIO CLARO LTDA:56373491000170
Assinou Email: cpd@jcrioclaro.com.br. IP: 187.56.63.90 (187-56-63-90.dsl.telesp.net.br porta: 19684). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A1,CN=JORNAL CIDADE DE RIO CLARO LTDA:56373491000170. - DATE_ATOM: 2023-05-23T18:49:58-03:00

Hash do documento original

(SHA256):1512c930f45d8994ed28d174e01a703f7898cfb8e94d55876aa2b3600262d55c

(SHA512):e7a9181b17d75406ef8c6ade54f37921a958ac4bdb6ca0fedcef2af754395590fcb495f34c71c3aecd86f2ad1b2d4d0ffb210183092f69ef0d2a8dd032f8f486

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign